



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**



<b>PROCESSO</b>	<b>10880.973392/2011-84</b>
<b>ACÓRDÃO</b>	3302-014.447 – 3 <sup>a</sup> SEÇÃO/3 <sup>a</sup> CÂMARA/2 <sup>a</sup> TURMA ORDINÁRIA
<b>SESSÃO DE</b>	15 de maio de 2024
<b>RECURSO</b>	VOLUNTÁRIO
<b>RECORRENTE</b>	LABORGRAF ARTES GRAFICAS LTDA
<b>RECORRIDA</b>	FAZENDA NACIONAL

**Assunto: Processo Administrativo Fiscal**

Exercício: 2010

DIREITO CREDITÓRIO. ÔNUS DA PROVA. CONTRIBUINTE

Tratando-se de processo de iniciativa do contribuinte, é dele o ônus de comprovação do direito creditório.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao Recurso Voluntário.

Sala de Sessões, em 15 de maio de 2024.

*Assinado Digitalmente*

Marina Righi Rodrigues Lara – Relatora

*Assinado Digitalmente*

Lázaro Antônio Souza Soares – Presidente

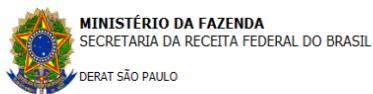
Participaram da sessão de julgamento os Conselheiros Fabio Kirzner Ejchel (suplente convocado), Marina Righi Rodrigues Lara, José Renato Pereira de Deus, Lázaro Antônio Souza Soares (Presidente). Ausente o conselheiro Mario Sergio Martinez Piccini.

## RELATÓRIO

Por bem abordar a controvérsia deduzida nos presentes autos, adoto o relatório constante da decisão proferida pela DRJ:

Em julgamento o PER/DCOMP 03022.65100.221110.1.1.01-1214 atrelado ao 3º trimestre de 2010.

A análise eletrônica do documento supra teve o seguinte resultado:



### DESPACHO DECISÓRIO

Nº de Rastreamento: 090626467

DATA DE EMISSÃO: 04/09/2014

#### 1-SUJEITO PASSIVO/INTERESSADO

CNPJ DECLARANTE 61.106.050/0001-42	NOME EMPRESARIAL LABORGRAF ARTES GRÁFICAS LTDA.	CNPJ DETENTOR DO CRÉDITO 61.106.050/0001-42
---------------------------------------	--	--

#### 2-IDENTIFICADOR DO PER/DCOMP

PER/DCOMP COM DEMONSTRATIVO DE CRÉDITO 03022.65100.221110.1.1.01-1214	PÉRIODO DE APURAÇÃO DO CRÉDITO 3º Trimestre/2010	TIPO DE CRÉDITO Resarcimento de IPI	Nº DO PROCESSO DE CRÉDITO 10880-973.392/2011-84
--	---	--	--

#### 3-FUNDAMENTAÇÃO, DECISÃO E ENQUADRAMENTO LEGAL

Analisadas as informações prestadas no PER/DCOMP e período de apuração acima identificados, constatou-se o seguinte:

- Valor do crédito solicitado/utilizado: R\$ 588.249,94

- Valor do crédito resarcido: R\$ 0,00

- O valor do crédito aprovado é maior ao solicitado/utilizado em razão do(s) motivo(s):

- Constatada a glosa de créditos considerados indevidos, em procedimento fiscal.

Informações complementares da análise do crédito estão disponíveis na página internet da Receita Federal, e integram este despacho.

Dante do exposto:

NÃO HOMOLOGO a compensação declarada no(s) seguinte(s) PER/DCOMP:  
07318.65391.110511.1.3.01-5982 12142.58276.241110.1.3.01-0152 14257.11454.110711.1.7.01-0411 41980.25497.110711.1.7.01-3910  
31073.49507.110711.1.7.01-0451 01913.10157.110711.1.7.01-6531 15337.99612.140111.1.3.01-2982 31346.23299.171210.1.3.01-9667  
INDEFIRO o pedido de restituição/resarcimento apresentado no(s) PER/DCOMP:  
03022.65100.221110.1.1.01-1214

O relatório fiscal que embasou o despacho decisório supra pode assim ser resumido:

No entanto, ao procedermos as análises dos saldos apurados no LAIPI, constatamos a simples e pura inexistência de qualquer saldo credor no transcorrer do 2º trimestre de 2010, haja vista a apuração de saldos devedores, conforme abaixo demonstrado, e no transcorrer do 3º trimestre, a existência de saldo credor ínfimo, que não justifica o valor pleiteado em PER/DCOMP.

#### SALDOS DE IPI APURADOS NO PÉRIODO SOB ANÁLISE:

PERÍODO	SALDO CREDOR	SALDO DEVEDOR
<b>2º TRIMESTRE DE 2010</b>		
Abri/2010		13.132,04
Maio/2010		6.504,09
Junho/2010		8.706,40
<b>3º TRIMESTRE DE 2010</b>		
Julho/2010	1.469,68	
Agosto/2010	11.446,34	
Setembro/2010	12.939,08	

#### 4 – Da improcedência dos valores pleiteados em PER/DCOMP

Conforme se depreende das informações acima expostas, concluímos a inexistência de qualquer direito de crédito de IPI resarcível à contribuinte, considerando-se a ocorrência de saldo devedor no decorrer do 2º Trimestre de 2010 e que o saldo credor apresentado no final do 3º trimestre de 2010 no valor de R\$ 12.939,08, não foi estornado no próprio Livro de Apuração do IPI e consequentemente, utilizado nos meses subseqüentes (dezembro de 2010 e janeiro de 2011), no próprio LAIPI.

Em sede de manifestação de inconformidade trouxe a Contribuinte os seguintes argumentos:

O resarcimento se refere a saldo credor escriturado de IPI, cujo crédito não foi apropriado, referente às notas fiscais de aquisição objeto do PER/DCOMP – Pedido de Ressarcimento objeto deste processo administrativo; cujo crédito de IPI está devidamente demonstrado no Livro de Entradas e Saídas de Novembro de 2010, cujo crédito extemporâneo consta lançado no Resumo da Apuração de IPI do mês de Novembro de 2010; os quais seguem anexos a esta defesa. Seguem também anexos os Livros de Entrada de Janeiro de 2007 a Maio de 2010, demonstrando o lançamento das notas fiscais que originaram o crédito de IPI em questão (arquivos em "CD" – DOC. 02)

De acordo com a previsão expressa da legislação a compensação ou restituição será acrescida de juros equivalentes à SELIC acumulada mensalmente e de 1% relativamente ao mês em que estiver sendo efetuada. Por essa razão, o pedido de resarcimento de IPI faz jus à correção monetária nesses moldes.

A DRJ, contudo, julgou improcedente a referida Manifestação de Inconformidade, afirmando, em suma, que não haveria nada nos autos que traria incerteza à conclusão da Fiscalização no sentido de que inexiste saldo credor a ser resarcido ou utilizado como lastro de compensação. A Recorrente apenas sustenta que o saldo credor demandado é legítimo e que estaria demonstrado na caudalosa documentação apresentada, sem construir um singelo demonstrativo capaz de trazer o mínimo respaldo à sua argumentação. Por fim, quanto ao pleito de correção monetária do saldo solicitado, entendeu que, se nada haveria a ser resarcido/compensado, nada haveria a ser corrigido.

Intimada, a Recorrente apresentou Recurso Voluntário, reiterando os mesmos argumentos trazidos em Manifestação de Inconformidade.

É o relatório.

## VOTO

Conselheira Erro! Fonte de referência não encontrada., Relatora

O Recurso Voluntário é tempestivo e preenche os demais requisitos de admissibilidade, razão pela qual deve ser conhecido.

Como relatado, trata-se de Pedido de Ressarcimento de IPI atrelado ao 3º trimestre de 2010.

A Recorrente sustenta a incorreção do procedimento fiscal de análise do crédito pleiteado. Para tanto, a peça recursal trouxe apenas alegações genéricas atinentes ao

procedimento de apuração e compensação de créditos dessa natureza, aplicável, abstratamente, ao caso dos autos. Em outras palavras, ocupou-se o contribuinte apenas de descrever o modo pelo qual o direito à utilização de eventuais créditos de sua titularidade teria sido normatizado pelo legislador.

No que diz respeito ao ônus de comprovar a existência material do crédito, limitou-se a Recorrente a afirmar que ele estaria devidamente registrado em seus livros fiscais, nada mais. Não há nos autos qualquer documento que permita ao julgador identificar a pertinência do pedido, tampouco argumentos que permitam afastar o entendimento esposado pela DRJ. Como acertadamente observou a decisão recorrida, a Recorrente não instruiu a sua manifestação de inconformidade com o mínimo de informações necessárias para a desconstituição da análise parametrizada realizada no Despacho Decisório Eletrônico.

O recorte abaixo elucida bem o cenário em questão:

A leitura da peça de inconformidade traz como argumentação de contraposição a assertiva de que o saldo credor demandado é legítimo e que estaria demonstrado na caudalosa documentação apresentada.

Ou seja, a Contribuinte sequer construiu um singelo demonstrativo capaz de trazer o mínimo respaldo à sua argumentação.

Em vez disso, simplesmente anexou os Registros de Entrada, deixando de apresentar o documento no qual se baseou a Fiscalização para glosar o saldo demandado: o Registro de Apuração do IPI. Quer dizer, além de não construir argumentos fáticos capazes de descharacterizar o teor do despacho decisório, privou esse julgador da análise do elemento de prova único e singular de que se valeu o Auditor em sua análise.

Se os créditos solicitados têm natureza extemporânea, como diz a Interessada, sua presença no RAIFI obviamente era obrigatória, pois a extemporaneidade não afasta o confronto débitos x créditos, necessário para apuração do saldo final a ser pago, se devedor, ou solicitado em resarcimento ao final do trimestre civil de referência, se credor.

Solicitar créditos de forma isolada só é possível em caso de provimento judicial quando os valores ganhos são tomados por ativos financeiros, e não valores escriturais a serem lançados no RAIFI. O documento de fl.97, intitulado RESUMO DA APURAÇÃO DO IMPOSTO, nada diz em termos probatórios, pois se refere a período posterior àquele objeto no pedido (novembro/2010) e, além disso, consigna um crédito isolado (extemporâneo) e, ao mesmo tempo, um débito de estorno deste crédito, o que em nada acrescenta à discussão do trimestre de que se cuida (3º tri/2010). Tudo leva a crer que a Defendente se julga titular do direito a créditos isolados, não judiciais, não demonstrados, não levados a confronto com os débitos na saída e solicitados em data focal não pertencente ao período tratado no presente litígio.

Em suma, nada há nos autos que traga incerteza à conclusão da Fiscalização no sentido de que inexiste saldo credor a ser resarcido ou utilizado como lastro de compensação.

Quanto ao pleito de correção monetária do saldo solicitado, perde-se a argumentação por total ausência de objeto. Se nada há a ser resarcido/compensado, nada há a ser corrigido.

Tudo dito, VOTO pela IMPROCEDÊNCIA da manifestação de inconformidade e, por via de consequência, pela manutenção do despacho decisório em todos os seus termos.

A decisão da DRJ, nesse particular, não merece reparo.

Por fim, destaco que, em se tratando de direito creditório, é do contribuinte o ônus de demonstrar a liquidez e certeza do crédito pleiteado. Dessa forma, não tendo o contribuinte se desincumbido do seu ônus probatório, não há que se falar em direito creditório a ser reconhecido. Por consequência, não há também direito à respectiva correção monetária.

Pelo exposto, voto por negar provimento ao Recurso Voluntário.

É como voto.

*Assinado Digitalmente*

Marina Righi Rodrigues Lara